

## **Conflitos Socioambientais no Litoral Sul de PE: a Resex Sirinhaém-Ipojuca**

Luclécia Cristina Morais da Silva  
Graduada em Biologia pela UFPE

[lucrism@yahoo.com.br](mailto:lucrism@yahoo.com.br)

Drº. Pedro Castelo Branco Silveira  
Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco  
[pedro.silveira@fundaj.gov.br](mailto:pedro.silveira@fundaj.gov.br)

O litoral sul de Pernambuco tem sido alvo de importantes investimentos industriais e turísticos que chegam com a tarefa de desenvolver a região, gerar novos empregos e proporcionar uma melhor qualidade de vida a todos.

Contudo tais empreendimentos têm originado inúmeros impactos, não só nos biomas litorâneos, como também para as populações que tradicionalmente os ocuparam. Essas pessoas, apesar de manejarem os recursos naturais existentes, geralmente são excluídas das decisões sobre o destino de seus territórios, os quais são muitas vezes sua única fonte de subsistência. Ou, ainda pior, estas pessoas, que apresentam um modo de vida de baixo impacto ambiental, são deslocadas de áreas já historicamente ocupadas por elas, para regiões distantes e que não possibilitam a permanência de seus hábitos e modos de vida.

Apesar dos pensamentos contrários à participação das populações tradicionais na organização e manejo dos recursos ambientais, várias evidências práticas demonstram haver vantagens nesses sistemas de uso comum da terra, evitando assim a chamada tragédia dos espaços coletivos (“The tragedy of the commons”, Hardin, 1968; ver L. Cunha, 2004), onde destacam-se os estudos de Elinor Ostrom (Prêmio Nobel de Economia -2009) e colaboradores (Tucker e Ostrom, 2009). Julga-se então, que não é suficiente estar protegendo a biodiversidade sem valorizar e reconhecer a diversidade cultural dos povos tradicionais (Santilli, 2005).

Nesta perspectiva a proteção da biodiversidade pressupõe a manutenção da diversidade sociocultural, pois esta é também resultante dos diversos modos de vida dos diferentes povos (Acsehrad, 2010), que mesmo sendo muitas vezes esquecidos ou até ignorados, têm conseguido obter algum avanço em suas lutas para terem legitimados seus direitos de posse e soberania sobre seus territórios. Nesse sentido, temos nas Reservas Extrativistas um exemplo de instrumento pela manutenção dos meios próprios de relacionar-se com os recursos naturais existentes a partir de um profundo conhecimento sobre os mesmos e sobre os ciclos biológicos (Diegues, 2001). Sendo

esse, um instrumento jurídico de luta por formas alternativas de produção e um meio de proteger o território desses povos, assegurando a perpetuação de sua cultura em busca da chamada justiça ambiental (Acselrad, 2010). E, a criação das políticas de proteção desses povos resulta em grande parte da mobilização de grupos sociais diversos que se unem na busca efetiva de construção de uma democracia (Acselrad *et al.*, 2009).

Percebendo a relevância dessas questões, essa pesquisa traz o exemplo de luta de moradores de municípios do Litoral Sul de Pernambuco pela implantação de uma Reserva Extrativista no estuário do Rio Sirinhaém. É na luta pela conquista desse território que há a reelaboração da identidade desse grupo, que ao tentarem ter reconhecidos direitos universais de acesso a um meio ambiente preservado e a continuidade de suas práticas sociais, postulam ao Estado serem incluídos em categorias especiais já presentes na legislação ambiental vigente (Silveira, 2010).

As Reservas Extrativistas Marinhas começaram a ser solicitadas pelos pescadores artesanais do litoral, tendo em vista a crescente perda do território pesqueiro para os grandes empreendimentos. Essa subcategoria das Resex identificada com os territórios marinhos tem aumentado a cada ano (Figura 1).

Os pescadores começaram a perceber que apenas investir na atividade pesqueira não era suficiente, e que além de investir na pesca e proteger os recursos pesqueiros era preciso garantir também o território. E apesar de terem a consciência de que tal alternativa não é suficiente e nem deve ser o único caminho, é por enquanto um importante instrumento de luta pela garantia de seus direitos (Silveira, 2009).

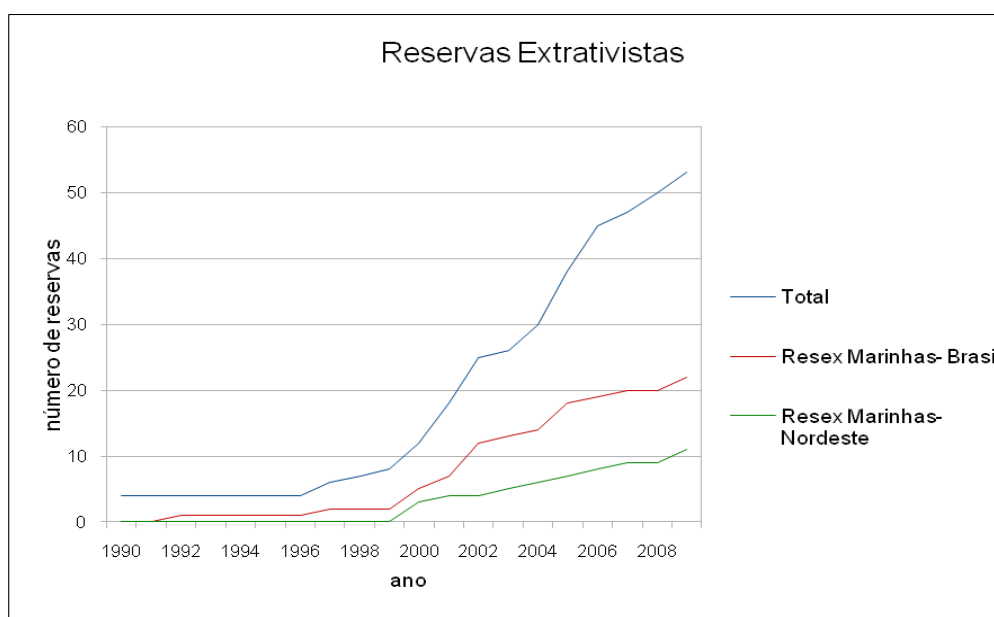


Figura 1: Número de Reservas Extrativistas no Brasil. Fonte: Silveira, 2009.

O conflito socioambiental presente nesta pesquisa é apenas mais um exemplo dos muitos existentes no Brasil. Diante do contexto histórico apresentado, objetivou-se analisar:

- O processo de criação da Reserva Extrativista de Sirinhaém-Ipojuca e suas implicações socioambientais a partir da compreensão dos principais problemas enfrentados pelos pescadores artesanais nesse conflito.
- A importância do território e dos recursos naturais para a manutenção dos hábitos de vida dos pescadores e como os impactos ambientais existentes na região tem afetado a qualidade de vida deles.
- A importância das organizações de assessoria na mobilização da comunidade pesqueira pela luta de seus direitos.
- Relatar o conflito histórico e socioambiental existente a partir da apresentação das dificuldades existentes durante o processo de criação da Resex e como os atores sociais envolvidos se posicionaram frente a tais questões definindo suas motivações, ações e relações.

A presente pesquisa teve início em abril de 2010, quando ao entrar em contato com o pesquisador Pedro Silveira, da Fundação Joaquim Nabuco, que estava envolvido em uma pesquisa intitulada “Reservas Extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco”, como a FUNDAJ já acompanhava a implementação da Reserva Extrativista de Acaú-Goiana, a primeira Resex de Pernambuco, decidimos analisar a criação da Resex de Sirinhaém-Ipojuca, que seria a segunda Reserva Extrativista no Estado. O processo de criação da unidade estava avançado, mas muitos conflitos dificultavam a sua criação.

Na busca de fazer um diagnóstico dos conflitos sociais existentes na região, foi priorizado o método qualitativo na presente pesquisa pois segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), as concepções, crenças e valores das pessoas são revelados a partir de análises interpretativas.

Os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica diversa sobre os temas pesca artesanal, populações tradicionais, unidades de conservação, bem como as que caracterizam a área de estudo em seu contexto histórico, econômico e socioambiental, na busca de informações sobre a região e sua população.

Houve ainda observações em campo e entrevistas com os principais atores sociais envolvidos no conflito visando perceber o contexto político e institucional que

levou à proposta de criação da Resex de Sirinhaém-Ipojuca. As informações obtidas pelas observações foram associadas às entrevistas com o propósito de fazer convergir resultados de pesquisa sobre um mesmo objeto de análise. A contextualização das fontes heterogêneas visa conferir uma maior confiabilidade entre as narrativas (Beaud e Weber, 2007).

Na pesquisa de campo, as entrevistas etnográficas buscaram ter acesso aos relatos de histórias de vida e a memória, bem como as impressões do passado e presente. Nas entrevistas tentou-se entender a partir do texto e da fala, o contexto social do grupo social estudado. Os relatos foram feitos livremente, onde um tema era proposto e o entrevistado discursava sobre ele. Após a coleta das narrativas, as mesmas foram transcritas e analisadas a partir do universo de interconhecimento entre os entrevistados (Beaud e Weber, 2007).

Durante a pesquisa de campo tentou-se analisar, os significados locais com relação à criação da Resex. Diante da concepção de que os problemas ambientais não são isolados, e sim situações onde as condições ambientais e territórios são representados e tornados objeto de disputa entre projetos distintos, fizeram-se necessário apresentar algumas visões dos atores sociais diretamente envolvidos no processo de solicitação da Resex e também de alguns pescadores locais.

De início, foram analisadas bibliografias referentes à questão, examinadas notícias recentes que saíram em jornais sobre a Resex. Em seguida foi iniciado à leitura dos seis volumes do Processo nº 02019.000307/2006-31 de criação da Resex Sirinhaém-Ipojuca. Logo após essas leituras, iniciaram-se às entrevistas com alguns dos principais envolvidos no processo de criação da Resex. Ao longo da pesquisa, foram realizadas as seguintes entrevistas:

- Frei Sinésio Araújo, Secretário de Justiça, Paz e Ecologia dos franciscanos no Nordeste e agente da Comissão Pastoral da Terra, entidade que assessorou os moradores das ilhas na solicitação da Resex.
- Luiz Otávio Corrêa, analista do IBAMA que coordenou o Estudo Socioambiental para a criação da Resex.
- Ronaldo Santana, Presidente da Colônia de Pescadores de Barra de Sirinhaém e Pescador da Região.
- Arlene Costa, Secretária da Colônia de Barra de Sirinhaém e Pescadora da Região.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

- Severino Santos, do Conselho Pastoral dos Pescadores, entidade de assessoria que acompanha os Pescadores dos estados do Nordeste e as solicitações de Resex no litoral pernambucano.
- Cauby Figueiredo Filho, engenheiro agrônomo - Dep. Agrícola da Usina Trapiche.
- Flávio Vanderlei da Silva, pescador e Presidente da Associação dos Pescadores de Sirinhaém.
- João Francisco da Silva, pescador e membro da diretoria da Colônia de Barra de Sirinhaém.
- Sebastião Gaspar Senhorio, pescador e Presidente da Associação Mangue Verde.
- 8 Pescadores e ex-moradores das ilhas.

As entrevistas com os pescadores foram realizadas durante uma viagem de campo entre os dias 7 e 10 de outubro de 2010, nesta ocasião foram visitados os ex-moradores das ilhas, que atualmente residem em distintas comunidades: Oiteiro do Livramento e Vila Nova da Cohab, que localizam-se na sede do Município de Sirinhaém; Barra de Sirinhaém e Casado, que localizam-se em Barra de Sirinhaém (Figuras 2, 3, 4, 5). Foi visitada ainda a Colônia Z-6, de Barra de Sirinhaém.

Além de fazer entrevistas, houve a participação em algumas reuniões da Colônia de Barra de Sirinhaém e em algumas Reuniões do Litoral Sul, que reuniam várias lideranças de todas as colônias do Litoral Sul. Foram visitadas ainda as sedes da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Pastoral dos Pescadores, como também a Prefeitura Municipal de Sirinhaém para recolher informações e materiais de pesquisa.



Figura2: Comunidade do Casado.



Figura 3: Comunidade de Barra de Sirinhaém.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios



Figura 4: Comunidade do Oiteiro do Livramento.

Fonte: IBAMA (Luiz Otávio Corrêa).



Figura 5: Comunidade da Vila Nova da Cohab.

O município de Sirinhaém encontra-se a 80 Km da cidade do Recife, têm uma população de 33.046 habitantes, segundo dados do IBGE (Censo, 2000), e localiza-se na Mesorregião Mata, Microrregião Meridional do Estado de Pernambuco.

Sirinhaém tem como principais atividades socioeconômicas a indústria sucroalcooleira e a pesca artesanal (Figuras 6, 7). Há na cidade uma extensa área de cana-de-açúcar que pertence predominantemente à Usina Trapiche, existente desde o século XIX na região. A população da cidade de Sirinhaém é composta por diversos *tipos de pescadores*: existem os pescadores *permanentes*, que pescam o ano inteiro para o consumo próprio de sua família e venda do excedente. Há o pescador *temporário*, que não tem a atividade pesqueira como sua principal fonte de sobrevivência, mas que a pratica eventualmente e os pescadores *ocasionais* que são, em geral, pequenos agricultores e/ou trabalhadores rurais de engenhos próximos à região das ilhas que, na entressafra da cana-de-açúcar, recorrem à pesca para complementar a alimentação de seus familiares (IBAMA, 2008).



Figura 6: Indústria sucroalcooleira. (Foto do autor).



Figura 7: Pesca Artesanal. (Foto de Luiz Otávio Corrêa).

A pesca artesanal tem grande importância na produção pesqueira do estado de Pernambuco, em 2007 correspondeu a 78,3% de toda a produção pesqueira, segundo dados da Estatística da Pesca (IBAMA, 2007). No Brasil, a pesca artesanal apresenta uma importância histórica e socioeconômica, sendo responsável por cerca de 65% da produção pesqueira nacional (I Conferência da Pesca Artesanal, 2009) e o litoral sul de Pernambuco, onde a pesca artesanal tem forte tradição, vem sofrendo com os impactos das atividades turísticas, industriais e do crescimento populacional (Governo de Pernambuco e Instituto Oceanário, 2009).

Entre o município de Sirinhaém e o município de Ipojuca localiza-se o estuário do Rio Sirinhaém, composto por 17 ilhas fluviais, algumas delas com denominações próprias: Grande, Clemente, Macaco, Porto Tijolo, Canoé, Raposinha, entre outras. Estas denominações foram dadas pela população de pescadores artesanais que nelas habitavam. O manguezal ainda está bem preservado, apesar de ser alvo constante dos impactos decorrentes dos empreendimentos vizinhos, como a expansão do canavial que atualmente faz fronteira com o mangue.

Porém, não apenas o mangue tem desaparecido, mas também populações que tradicionalmente fizeram uso desse ecossistema e que nele residiam, utilizando seus recursos naturais. E o que se vê é os pescadores artesanais sendo cada vez mais empurrados para a periferia da cidade e incentivados a estar abandonando a tradicional arte da pesca para se adequar aos planos do “progresso”.

A origem do município de Sirinhaém, segundo o Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul (CPRH, 1999) foi a partir da ocupação dos portos fluviais localizados em fundo de estuário, nos pontos onde os rios deixavam de ser navegáveis, que desempenharam importante papel no escoamento do açúcar produzido. Mas com a chegada das ferrovias, essas povoações foram altamente impactadas e algumas caíram na invisibilidade, como os ex-moradores das ilhas. Enquanto os núcleos litorâneos, menos dependentes da economia açucareira, como em Barra de Sirinhaém, continuaram a ter seu crescimento dependente da pesca.

*A aceleração do processo de expansão urbana da área, a partir dos anos setenta, tem como fatores principais a expulsão, em massa, de população da zona rural canavieira em decorrência da implantação do PROÁLCOOL (1975) e a “descoberta” das praias do Litoral Sul como opção de veraneio e lazer de fim de semana, da classe média e média alta do núcleo metropolitano e dos centros urbanos de porte médio, em fuga das praias de Recife e*

*municípios vizinhos já, naquela década, submetidas a acelerado processo de adensamento populacional.*

*No primeiro caso, a população expulsa do campo passa a aglomerar-se na periferia das cidades, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamentos humanos, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos sociais - mendicância infantil, prostituição e violência, entre outros problemas que afligem os núcleos urbanos da área.*

(Diagnostico Socioambiental do Litoral Sul, CPRH, 1999 p. 25).

A região estuarina de Sirinhaém é uma área da União (“terras de Marinha”), que desde 1898 foi aforada à Usina Trapiche. Ou seja, a empresa possui o direito de posse a partir do pagamento de um aluguel anual, sendo a aplicação do regime de aforamento das terras da União, competente à Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Apesar desse ecossistema ser legalmente protegido por diversas leis e decretos, vem recebendo constantemente a poluição de efluentes domésticos e industriais, entre os mais frequentes está o despejo do vinhoto, subproduto da fabricação do etanol a partir da cana de açúcar. Toda essa poluição tem gerado a diminuição dos estoques pesqueiros e diversos conflitos entre os pescadores artesanais e as diversas indústrias<sup>1</sup> canavieiras existentes na região.

A contaminação do estuário de Sirinhaém não foge à regra do que vem acontecendo nos demais estuários brasileiros, em especial em Pernambuco. Segundo o estudo socioeconômico elaborado pelo IBAMA nos depoimentos dos ex-moradores das ilhas, existe um “*saudosismo latente que reflete a relação de dependência com o estuário do rio Sirinhaém; suas falas não mostram apenas conflitos pela posse da área e uso dos recursos naturais, também explicitam autênticas declarações de amor e fidelidade ao local em que viram seus descendentes nascer*” (IBAMA, 2008 p. 128).

A situação de degradação do manguezal e injustiça ambiental já vinha intensificando-se pouco a pouco, mas, particularmente em 1998 o conflito existente entre a Usina Trapiche e os pescadores artesanais que habitavam nas ilhas estuarinas do Rio Sirinhaém culminou em um processo de retirada das 53 famílias que lá residiam e que possuíam um modo de vida mais isolado e de subsistência. E assim, para tentar dirimir esse conflito, foi solicitado ao IBAMA a criação de uma Reserva Extrativista na região.

---

<sup>1</sup> Agroindústrias localizadas na área: usinas Cucaú, Trapiche, Salgado, Ipojuca, Central Barreiros, Santo André e Bom Jesus.



De acordo com relatos de antigos moradores, a ocupação das ilhas do estuário do Rio Sirinhaém começou por volta do século XX e intensificou-se por volta de 1920 quando a Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco, hoje denominada Usina Trapiche S.A., construiu um cais para escoar a sua produção. E assim, com o passar do tempo as famílias que utilizavam os recursos do mangue durante a entressafra da cana de açúcar começaram a aumentar em número devido aos casamentos entre os membros da comunidade (IBAMA, 2008).

Essas ilhas possuem tamanhos diversos e as pessoas foram se distribuindo na área, denominando cada ilha de acordo com as relações estabelecidas com o local e seus recursos naturais e distribuindo-se a partir de laços de parentesco e compadrio. Segundo relatos dos moradores, nas ilhas maiores haviam até mais de cinco casas.

E assim essa população residente nas ilhas foi construindo um modo próprio de interagir com o ambiente. Eles extraíam do mangue os alimentos para a subsistência e alguns também vendiam o excesso da produção pesqueira. Mantinham pequenas produções agrícolas e frutíferas, além de criarem animais como galinha, cabra, porco, entre outros, como relatam alguns ex-moradores das ilhas:

*“Nasci lá nas ilhas, minha mãe chegou lá em 1914. Eu tive 21 filhos, tenho nove vivos, tudinho morava lá... Eu criava porco, galinha, até vaca eu criei. Eu pescava amoré, guaiamum, caranguejo, siri, aratu, camuri, arapeba”.*

(Ex-morador das ilhas - 64 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

A partir de 1988, os moradores começaram a ser pressionados pela Usina Trapiche para saírem das ilhas, a qual possui o aforamento da área desde o século XIX. Posteriormente, em 1998, com a venda da Usina Trapiche para um grupo alagoano que atualmente administra a empresa, a pressão para a desocupação das ilhas se intensificou, com a acusação de que as famílias que lá residiam estavam degradando o mangue.

A estratégia utilizada pelos administradores da usina, segundo relato dos pescadores, passou a ser a demolição das casas e a destruição das lavouras e das fruteiras, chegando até ao fechamento da escola local.

*“Eu morei 42 anos nas ilhas, eu to com 79 anos. Eu tive 23 filhos, na ilha do Macaco, criava galinha, cabra, porco, cavalo. Tive pé de jaqueira, mangueira, coco, tem pé de coração de índia, cajueiro, bananeira... tudo isso tinha... “A minha casa derrubaram”.”*

(Ex-morador das ilhas – Entrevista ao autor em 09/10/10).

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Com a destruição das casas, das lavouras e das fruteiras tornou-se quase impossível para os pescadores continuarem a habitar nas ilhas. E assim, pouco a pouco os moradores foram saindo. Alguns mais resistentes chegaram a fazer acordos individuais com a Usina Trapiche e receberam casas pelo município de Sirinhaém, pequenas indenizações, material de construção, ou até mesmo empregos. Mas antigos moradores reclamam que apenas os proprietários dos sítios receberam algum tipo de indenização e os demais moradores que habitavam na propriedade nada receberam.

Atualmente os ex-moradores das ilhas encontram-se espalhados por diversos povoados na cidade de Sirinhaém. Alguns passaram a fazer parte da ocupação desordenada da periferia do município, enquanto outros receberam pequenas moradias como indenização. A maioria das casas encontra-se em locais de difícil acesso, a distâncias de cerca de 8 a 10 Km do manguezal, sendo necessário um grande deslocamento dos pescadores para poder ter acesso ao mangue.

Nas visitas aos ex-moradores das ilhas, percebe-se que os mais jovens já estavam mais adaptados à vida urbana e alguns já haviam deixado de pescar. Porém se perguntados sobre aonde preferiam viver, todos reportavam-se com saudade do tempo em que viveram nas ilhas e a maioria manifestava o desejo de retornar.

*“Lá era bom, muitas vezes a gente sente até falta dali, porque era um lugar muito sossegado, era um lugar que ninguém chegava lá. Era uma paz”.*

(Ex-morador das ilhas – 30 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

*“A gente quer voltar pras ilhas, é o meu lugar”.*

(Ex-morador das ilhas – 22 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

*“Tinha não, tenho vontade de voltar pra lá”.*

(Ex-morador das ilhas – 47 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

Apenas em uma das casas visitadas uma moradora relatou que não tinha mais condições de saúde para voltar a viver nas ilhas.

*“Morar mesmo direto não, porque não tenho mais saúde pra viver no mangue. Mas os filhos queriam voltar se botassem energia... Eles vão pescar ainda”.*

(Ex-morador das ilhas – 79 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

Em todas as famílias visitadas havia pelo menos um integrante que ainda praticava a pesca artesanal no mangue. Assim, mesmo retirados das ilhas, os moradores ainda tinham no mangue um meio de vida.

Os mais idosos apresentavam uma grande tristeza e não adaptaram-se à vida na cidade. Sentiam falta do modo de vida que possuíam junto ao mangue e ao redor dos demais integrantes da comunidade, que hoje se encontram espalhados em vários bairros distintos. Muitos continuavam pescando, mas uma boa parcela já apresentava algum tipo de enfermidade que impossibilitava a prática da pesca.

A partir da fragmentação dessa comunidade foram se desfazendo os laços que formavam essa rede social que favorecia a construção da identidade cultural dos seus integrantes e propiciava um sentido às suas vidas (Rangel, 2007). É perceptível em seus depoimentos o sentimento de não pertencimento ao lugar no qual habitam atualmente e muitos não conseguiram se integrar em novas relações sociais junto aos demais moradores dos locais onde hoje residem.

Em resumo, hoje os ex-moradores das ilhas enfrentam as dificuldades de adaptação a uma vida bem diferente da qual eles estavam acostumados, perderam a fonte de subsistência que compreendia não só o manguezal, mas também os cultivos, as fruteiras e a criação de animais. Distanciaram-se dos laços afetivos construídos durante os vários anos de convivência e foram obrigados a aumentar a lista das pessoas que dependem da ajuda assistencialista do governo para sobreviver. A grande maioria desses pescadores nunca contribuiu para a previdência e por isso encontram-se desassistidos pelo INSS. Além de tudo isso, a desterritorialização do grupo social que habitava as ilhas afastou os pescadores do manguezal e os pulverizou no espaço, contribuindo para desagregar os laços sociais costumeiros deste grupo tradicional.

O fato sobre como foi o processo de retirada dos pescadores das ilhas, se arbitrário ou conciliativo, é apenas o pano de fundo de uma evidência maior: a de que a complexidade e a diversidade das formas locais de imaginação do território foram reduzidas a um conjunto de “imóveis” a serem removidos, ou seja, a existência de uma forma coletiva de viver e relacionar-se com o ambiente foi vista a partir de processos mercantis de indenizações feitas aos moradores (Zhourri & Oliveira, 2010).

Segundo Valencio (2010), o projeto de desterritorialização da pesca artesanal promove uma dissociação entre o indivíduo e sua prática e ainda tenta impor às pessoas as formas capitalistas de trabalho. E ao “negar-se como indivíduo e como parte de um grupo, desintegra-se rapidamente em outros fazeres e saberes homogeneizados e a contento da lógica e das relações macroenvolventes que se apossam do território”.

Ao iniciar a pesquisa, apenas duas famílias continuavam a morar nas ilhas, as irmãs Nazaré e Graça. Mas, ao fim do mês de outubro uma decisão judicial as obrigou a

abandonar àquele lugar ao qual há tanto tempo habitavam. Infelizmente não foi possível visitá-las lá nas ilhas, e hoje elas residem no distrito de Santo Amaro, em Sirinhaém. De acordo com a ação judicial, a Usina Trapiche não era obrigada a indenizar essas duas famílias, mas apesar dessa “injustiça da Justiça” a usina decidiu construir suas casas em um terreno repassado pela mesma.

Atualmente a situação dos ex-moradores das ilhas é bastante precária, pois a grande maioria encontra-se desempregada, percorre grandes distancias para ter acesso aos recursos pesqueiros do mangue e nas atuais moradias não há espaço para guardar as jangadas que antes eles possuíam. Muitos relatam ainda que antes, colocavam os apetrechos de pesca no mangue e iam realizar outros afazeres, retornando posteriormente para pegá-los. Mas, hoje a distância, como também a fiscalização da usina dificultando o acesso dos pescadores ao mangue, são fatores que tem levado ao abandono da prática de pesca.

Assim, a criação de uma Reserva Extrativista é bastante defendida pelas diversas entidades socioambientais atuantes em Sirinhaém, pois tais entidades vêem na implantação de uma Resex Federal a possibilidade de estar garantindo a manutenção dos modos e hábitos de vida desses povos e ainda a conservação e gestão dos recursos naturais presentes na área. Até porque a criação de uma Resex possibilitaria que a própria comunidade continuasse a fiscalizar a área da poluição industrial.

O estudo socioambiental foi finalizado em janeiro de 2008 pelo IBAMA e para a realização do estudo ambiental foi contratada uma consultoria. Os dois estudos foram enviados à Brasília (DIUSP-ICMBio) na metade do ano de 2008, já com o mapa e o memorial descritivo da área. Os estudos foram aprovados em Brasília e o próximo passo seria então marcar a consulta pública, que ocorreu em 21 de agosto de 2009, aproximadamente um ano após o processo ter sido enviado à Brasília para ser analisado pela DIUSP (Diretoria de Uso Sustentável e Populações Tradicionais) do ICMBio.

E, no dia da consulta pública, apesar dos muitos entraves<sup>2</sup>, a maioria da população presente se colocou a favor da criação da Resex. Atualmente o processo para a criação da Resex Sirinhaém-Ipojuca que possui 2.649,13 hectares de área, encontra-se totalmente finalizado e a Resex aguarda tão somente o seu Decreto para ser definitivamente implantada e dar prosseguimento aos demais procedimentos.

---

<sup>2</sup> A Prefeitura de Sirinhaém contratou ônibus trazendo vários pescadores com faixas que estavam contra a Resex, mas muitos nem sequer sabiam sobre o que se tratava.

No ano de 2010 nenhuma nova Reserva Extrativista foi criada no Brasil, apesar de solicitações surgirem de todas as regiões do Brasil. Um motivo para isto é que a Casa Civil da Presidência da República passou a adotar como prática consultar as Casas Cíveis dos estados sobre a criação de unidades de conservação ambientais federais. Os governos estaduais, em geral mais preocupados com o desenvolvimento industrial que com as populações tradicionais, tem se posicionado contrário à criação de Resex. No caso de Pernambuco, o Governo Estadual tem se posicionado exatamente desta forma, tanto em relação à Resex Acaú-Goiana, quanto à Resex de Sirinhaém. A estratégia do Governo Estadual para inviabilizar a Resex tem sido a criação e implantação de Áreas de Proteção Ambientais estaduais, que não tem como principais beneficiários os pescadores artesanais.

As reivindicações das populações tradicionais surgem a partir do momento em que essas populações antes “invisíveis” passam a ter seus territórios cobiçados pela expansão do capital. Mas os pescadores não lutam por uma “fixidez dos lugares” (Zhouri e Oliveira, 2010) pois essas comunidades não estão voltadas ao passado, mas estão em permanente processo evolutivo buscando adaptar-se às mudanças, mas sem distanciar-se de seus valores culturais (Leroy, 2010). E assim, os agentes da modernidade, ao tentar livrar o povo do atraso, almejam “salvá-lo dele próprio” (Valencio, 2010).

Os pescadores, ao defenderem um projeto alternativo frente à sujeição aos projetos hegemônicos do capital, buscam tão somente obter a capacidade de definir a própria existência e projetos futuros. Não estarão alheios ou imóveis diante das transformações sociais, apenas não reiteram os projetos impostos pelo Estado e pelos empreendimentos privados (Zhouri e Oliveira, 2010).

Os pescadores tentam apenas defender seus direitos de terem um meio ambiente que possa garantir a perpetuação de um modo de vida escolhidos por eles como opção de trabalho ou vice-versa, pois segundo Ramalho (2004) o trabalho na pesca artesanal é algo intrínseco e subjetivo, é uma arte onde a produção adquire um aspecto material e imaterial, que tem um componente estético em sua razão de existência. Pois o belo está justamente na liberdade de observar o potencial da natureza e ter a habilidade necessária para viver do mar sem ser subordinado às únicas opções de trabalho existentes na região (Ramalho, 2010).

Portanto, esses grupos sociais reivindicam do Estado à compreensão de que a questão ambiental não representa verdadeiramente um entrave ao desenvolvimento, mas

que apenas lutam contra a inviabilização de sua permanência em territórios fundamentais à sua identidade na busca de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e democrático (Acselrad *et al.*, 2009). Mais do que isso, tentam mostrar que a manutenção do território de pesca artesanal sob gestão compartilhada entre Ministério do Meio Ambiente e organizações dos pescadores, com a conseqüente conservação do estuário, é benéfica para toda a sociedade. Assim, sugerem à sociedade que exija que o desenvolvimento não seja a qualquer preço. Nesta batalha de Davi e Goliás, buscam aliados para defender a liberdade de escolher entre perpetuar a tradicional arte da pesca, algo intrínseco ao modo de vida deles, ou ser subordinado às indústrias da região, cujos impactos e benefícios não são iguais para todos.

### BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160p.

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados 24 (68), p. 103-119, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais – pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2ª edição, 1999.

BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 240p.

CPRH. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul de Pernambuco**. Recife, 1999.

CUNHA, Luis H. **Da “Tragédia dos Comuns” à Ecologia Política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais**. Raízes, Campina Grande, vol. 23, nº 01 e 02, p. 10-26, jan./dez. 2004.

DIEGUES, Antonio C. & ARRUDA, Rinaldo S. V (orgs.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 169p.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Secretaria Especial da Juventude e Emprego e Instituto Oceanário. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco**. CD-ROM, 2009.

IBAMA. **Estudo sócio-econômico dos ex-moradores e da comunidade pesqueira usuária das ilhas e do estuário do Rio Sirinhaém/PE**. In: IBAMA - Processo 02019. 000307/2006-31. Recife, 2008.

IBAMA. **Estatística da pesca – Brasil/Grandes regiões e unidades da federação**. Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFLO Coordenação

Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros – CGFAP. Brasília, 2007.

IBGE, **Censo de 2000**. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

LEROY, Jean-Pierre. **Amazônia: território do capital e territórios dos povos**. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, 2010.

MOVIMENTO dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - I Conferência da Pesca Artesanal. **Pescadores e Pescadoras na luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal**. Brasília, 2009.

RANGEL, M. **Redes sociais pessoais: conceitos, práticas e metodologia**. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia. PUCRS, Porto Alegre, 2007.

RAMALHO, Cristiano W. N. **Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v.XIII, n.1, p.95-110, já./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **O mundo das águas e seus laços de pertencimento**. Raízes, Campina Grande, vol.23, nº1 e 2, p.62-72, jan./dez. 2004.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 304p.

SILVEIRA, Pedro C. B. (coord.). **Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco**. Relatório Parcial de Pesquisa Apresentado à FACEPE em janeiro de 2009 (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Florestas e lutas por reconhecimento: território, identidades e direitos na Mata Atlântica Brasileira**. Pgs. 1-19, 2010 (mimeo).

TUCKER, Catherine M. e OSTROM, Elinor. **Pesquisa multidisciplinar – relacionando instituições e transformações florestais**. In: **Ecosistemas florestais: interação homem-ambiente**. Emilio F. Moran e Elinor Ostrom (org.). Tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistela – São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edusp, 2009.

VALENCIO, Norma. **Conflitos ambientais no Velho Chico: o *modus operandi* da desacreditação pública da pesca artesanal**. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 202-223, 2010.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização**. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 439-462, 2010.